

ATA NÚMERO CATORZE

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2022 - REUNIÃO PÚBLICA MENSAL

Aos dezassete dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e dois, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: António Manuel Pina Fonseca, que presidiu, Alexandre Filipe Fernandes Lote, Maria Luísa Dias Gomes, Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues e Cristina Maria Campos Guerra, Vereadores. -----

Secretariou a reunião Cristina Maria Almeida Flor, Técnica Superior. -----

Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas quinze horas. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Usou da palavra o Senhor Presidente para cumprimentar os Senhores Vereadores e os Chefes de Divisão Técnica Municipal e de Administração Geral. -----

O Senhor Presidente começou por informar que decorreu hoje, dia dezassete de junho, a sessão relativa à providência cautelar referente à Serra da Esgalhada e o despacho do Juiz foi no sentido de suspender de imediato o corte de árvores; para além disso, qualquer intervenção que o proprietário pretenda fazer terá de ser previamente acordada com a Câmara Municipal de Fornos de Algodres e o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e Florestas). -----

Fez saber, ainda, que no dia quinze de junho foi publicado um despacho do Ministério das Finanças e Segurança Social, com a aprovação dos valores a transferir para o Município de Fornos de Algodres, ao abrigo da Delegação de Competências da Ação Social, com base nos valores diretamente pagos pela Segurança Social. -----

Deu a conhecer que houve um reforço das verbas relativas à Delegação de Competências da Educação, nomeadamente no que respeita à conservação dos edifícios, decorrente de uma reivindicação de vários Municípios e da Associação Nacional de Municípios, uma vez que os valores anteriores não eram suficientes. ---

Prosseguiu, referindo que amanhã, dia dezoito de junho, terá início a edição do Fornos de Algodres Youth Cup 2022, que, para além de promover o desporto e a atividade física, contribuirá, ainda, para o desenvolvimento económico do concelho, designadamente a nível da restauração. -----

O Senhor Presidente fez saber que, como Vice-Presidente da CIMBSE (Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela), esteve presente numa reunião com a Secretária de Estado da Habitação, Doutora Marina Gonçalves, no sentido de chegarem a um entendimento para que todos os Municípios que fazem parte do

referido organismo, possam beneficiar dos apoios do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), para a recuperação de fogos degradados. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote informou que esteve presente no Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres onde decorreu um espetáculo de teatro no âmbito do projeto Reciclarte, com a coordenação da ASTA, projeto este que foi interrompido pela pandemia. Numa primeira fase criaram-se obras de arte a partir de materiais reciclados, este ano a Escola Básica e Secundária recebeu o teatro e, no próximo ano, realizar-se-ão espetáculos musicais. -----

Relativamente ao Fornos de Algodres Youth Cup referiu que, certamente, será um evento marcante, no qual participarão quarenta equipas, designadamente mil e duzentos jovens. Disse, ainda, que tentaram levar a oferta desportiva a todo o território do concelho, uma vez que algumas equipas ficarão a pemoitar nas freguesias de Infias, Casal Vasco e Algodres, no sentido de haver uma interação com as pessoas de todas as freguesias. A concluir este assunto deixou uma palavra de agradecimento a todos os trabalhadores do Município na pessoa de ambos os Chefes de Divisão pelo trabalho desenvolvido. -----

Fez saber, também, que dia 18 de junho, pelas 21h30, no Largo da Igreja da Misericórdia, decorrerá o espetáculo de teatro, Serra da Estrela - A Lenda, integrante do Festival Cultural da Serra da Estrela, coordenado pela CIMBSE e que integra os Municípios de Gouveia, Seia, Celorico da Beira, Fornos de Algodres e Manteigas, endereçando o convite a todos para estarem presentes. -----

A concluir informou que participou numa reunião de monitorização do projeto de descentralização de competências da Educação com a DGESTE e o Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas e, posteriormente, reunirá, também, com a Senhora Delegada Regional no sentido de finalizar o processo. -----

A Senhora Vereadora Luísa Gomes deixou uma palavra de agradecimento aos chefes de Divisão e às freguesias que se disponibilizaram para o evento "Fornos de Algodres Youth Cup". -----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Joaquina Domingues para demonstrar o seu contentamento pelo facto de a providência cautelar ter sido favorável ao Município, na medida em que suspenderam o abate das árvores. ----

De seguida questionou o Senhor Presidente se o reforço de verbas para a melhoria e conservação dos edifícios, se destina, de igual modo, para a melhoria da eficiência energética do Agrupamento de Escolas, assunto já abordado em reuniões anteriores, acrescentando que no inverno a situação está resolvida, mas no verão há excesso de calor. -----

Relativamente ao Fornos de Algodres Youth Cup referiu que, de facto, é um evento importante para o concelho, no entanto, solicitou ao Senhor Presidente que envidasse esforços junto da ULS (Unidade Local de Saúde) da Guarda, no sentido de manter o Centro de Saúde aberto pelo menos durante os próximos dois fins-de-semana, para o caso de ocorrer alguma eventualidade, dado o aglomerado de pessoas que se espera. -----

Seguidamente pretendeu saber o ponto de situação das obras de requalificação da Zona Industrial de Juncais e Escola do 1.º Ciclo de Figueiró da Granja, uma vez que desconhece se a obra referente à escola está em andamento, visto não ser expectável que a mesma esteja operacional no início do próximo ano letivo. -----

Quanto à requalificação da Zona Industrial de Juncais, o Senhor Presidente havia referido em abril do ano transato que a mesma já estava adjudicada, no entanto, não se vislumbra lá nada, querendo saber o porquê, acrescentando que o importante é estar pronta de modo a ser possível disponibilizar lotes a empresários que queiram aqui investir. -----

A concluir questionou o Senhor Presidente como está a decorrer o processo referente à delegação de competências para a autarquia, nomeadamente da Educação, na medida em que muitos autarcas se têm queixado que o Governo não está a cumprir com os compromissos previamente acordados e, ainda, que as verbas disponibilizadas se revelam insuficientes. -----

A Senhora Vereadora Cristina Guerra começou a sua intervenção com um voto de protesto por estarem presentes na reunião pessoas estranhas ao Órgão, sem unanimidade nessa presença. -----

De seguida manifestou a sua satisfação pelo desfecho da providência cautelar, pretendendo saber se já agendaram a tomada de algumas medidas, de modo que, mesmo que haja reflorestação, se possam evitar problemas em caso de precipitação excessiva. Solicitou, ainda, esclarecimentos acerca das verbas mencionadas pelo Senhor Presidente, relativamente à delegação de competências, se o montante vai ser fixo mensalmente e se cobrem os custos operacionais, não acarretando, assim, um aumento de despesas. -----

Pretendeu saber, também, se as verbas no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), se destinam aos equipamentos pertencentes ao Município ou às habitações da população em geral, ao que o Senhor Presidente respondeu de imediato que se destinam à população em geral, mas que não avançaria para já com valores, na medida em que, depois de negociados, carecem de validação por parte do Ministério das Finanças. –

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que o Senhor Presidente havia dito que iria facultar a providência cautelar para conhecimento, todavia isso não aconteceu. -----

O Senhor Presidente assumiu essa falha acrescentando que a faria chegar nesse mesmo dia. -----

Em resposta às questões colocadas, nomeadamente em relação à delegação de competências na área da Educação, o Senhor Presidente esclareceu que, efetivamente, o valor da comparticipação para manutenção do edifício vai aumentar, e a questão da eficiência energética também o preocupa, em primeiro lugar porque está em causa o bem-estar das pessoas e, em segundo, porque a despesa com eletricidade é avultada. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote afirmou que na reunião da monitorização da transferência de competências, foi-lhes dito que seria suficiente o decreto-lei que regula essas transferências para o Município para lhes ser possível registar os imóveis em nome da Câmara Municipal; relativamente à eficiência energética e, tendo como base os valores transmitidos, só será possível resolver essa questão no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) ou do Portugal 2030. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente para assinalar que no próximo fim de semana, 18 e 19 de junho, o Centro de Saúde se manterá aberto e quanto ao fim de semana de 25 e 26 de junho irá alertar a ULS (Unidade Local de Saúde) da Guarda. -----

Relativamente à questão da Escola do 1.º Ciclo de Figueiró da Granja referiu que os trabalhos estão a decorrer, não obstante a dificuldade de falta de material, comum a todos os empreiteiros, prevendo-se que a mesma esteja concluída no mês de setembro, acrescentando que tem feito pressão nesse sentido. -----

No que concerne à Zona Industrial fez saber que a CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro levantou algumas questões a nível ambiental, o que veio atrasar o processo, para além da derrapagem que se tem vindo a verificar em todas as obras devido à falta de material e de mão de obra, todavia assim que tiver mais informações transmiti-las-á. -----

Quanto à delegação de competências da Educação tudo a que o Governo se comprometeu está a cumprir, no entanto, identificaram alguns problemas no Agrupamento de Escolas que à data não foram contabilizados, havendo, deste modo, custos adicionais que serão reportados à DGESTE. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues questionou o Senhor Presidente se não partilha da opinião dos outros autarcas que aceitaram de igual modo estas transferências e, agora, se veem na necessidade de gastar dinheiro do Município. -----

Usou da palavra o Senhor Vereador Alexandre Lote referindo que se têm deparado com alguns problemas relativamente aos valores transferidos, na medida em que, como é do conhecimento geral, os preços dispararam de forma abrupta, originando uma disparidade entre os valores transferidos e o que o Município está efetivamente a pagar e ainda este ano farão chegar junto da DGESTE o valor dessa diferença e, também, as despesas que não estavam previstas logo de início. -----

Relativamente às queixas dos outros Presidentes de Câmara exprimiu a opinião de que estes têm medo de assumir esta competência ou não a querem assumir, porque querem “meter o dedo” na componente letiva e/ou conteúdos programáticos, sobretudo a nível do 1.º Ciclo, acrescentando que não partilha dessa visão. Concluiu afirmando que, apesar de terem tido alguns custos acima do previsto, sabem que a qualidade do serviço prestado melhorou e esses valores deverão ser repostos pelo governo português. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que, de facto, a questão do aquecimento melhorou, mas não é correto que assumam esta competência e tenham de gastar dinheiro que poderiam destinar-se a outras áreas que não a Educação, exprimindo a opinião de que o Governo vai continuar a fazer o que fazia até aqui junto da DGESTE, ou seja, pagar até ao limite estipulado e, assim sendo, o Governo Central não deu nada, uma vez que o acréscimo das despesas está a ser pago pela Câmara Municipal. -----

O Senhor Presidente esclareceu que o processo da delegação de competências foi negociado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Governo e, numa reunião com a Senhora Ministra, quando questionados acerca do decorrer do processo, todos os Presidentes de Câmara à exceção de um, responderam que estava tudo bem. Como regionalista convicto que é, decidiu aceitar desde logo a delegação de competências, aperfeiçoá-las e reivindicar junto do Governo. -----

Relativamente à Serra da Esgalhada referiu que, juntamente com os Serviços Técnicos da Câmara Municipal, vai reunir com o proprietário das Terras Serranas, fazer um levantamento dos danos causados e solicitar um parecer ao ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), no que respeita às medidas a adotar. --

No que concerne à competência da Ação Social, para já os valores acordados dão para suportar os custos operacionais e a despesa com a contratação de um Técnico Superior de Ação Social. -----

Quanto à questão do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) o Governo adotou a reabilitação dos prédios degradados como a principal forma de intervenção ao nível do edificado, estando esses prédios já identificados num trabalho levado a cabo no âmbito do PARU (Programa de Apoio à Reabilitação Urbana) e do 1.º Direito. ----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2 DE JUNHO DE 2022 -----

O Senhor Presidente, após leitura da ata propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, com o voto contra da Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra, conforme declaração de voto de vencido apresentada -----

2 - PROPOSTA DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA EMPREITADA - "SOLUÇÕES INTEGRADAS DE MELHORIA DA ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE PARA TODOS" -----

Face ao pedido do adjudicatário da empreitada "Soluções Integradas de Melhorias da Acessibilidade e Mobilidade para Todos", de prorrogação de prazo de execução da obra por 60 dias, motivado pela escassez de materiais nos armazéns devido à pandemia Covid 19 e à guerra na Ucrânia, ao abrigo do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio e conforme parecer do Eng. Alberto Almeida, o Chefe de Divisão Técnica Municipal, disse nada ter a opor à pretensão do adjudicatário, propondo que o mesmo seja sujeito a apreciação e votação na reunião do Órgão Executivo. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que, atendendo ao facto de haver falta de materiais e, tendo em conta que se pede uma prorrogação de sessenta dias, resta saber se os materiais chegam atempadamente para se fazer cumprir este prazo, tendo o Chefe de Divisão Técnica explicado que o empreiteiro não precisará dos sessenta dias e que estes foram pedidos por uma questão de precaução. -----

A Senhora Vereadora Cristina Guerra afirmou que vota a favor nos exatos termos do parecer dos Serviços Técnicos. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade -----

3 - ACORDOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA -----

Sendo pretensão do Executivo renegociar e atualizar os valores dos acordos de execução com as juntas de freguesia, dado que cabe às câmaras municipais, por força do disposto da alínea l) do n.º 1 do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, discutir e preparar com as juntas de freguesia acordos de execução das competências que lhe forem delegadas ao abrigo do disposto no art.º 131.º daquela lei. -----

Esta proposta visa atualizar os valores a transferir para cada freguesia na competência delegada de “*assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros*”, e para as freguesias com estabelecimentos de ensino do pré-escolar e 1.º ciclo “*assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico*”. -----

Nesse sentido submeteu-se à apreciação e votação do Órgão Executivo, propostas de minutas de acordos de execução, e que as mesmas fossem enviadas à Assembleia Municipal nos termos da alínea m) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

Relativamente a este ponto, o Senhor Presidente deu a palavra ao Chefe de Divisão de Administração Geral, que alertou para a existência de dois erros, nomeadamente nas páginas quatro e cinco dos documentos, na cláusula 7, n.º 2, onde se lê “2020” deverá ler-se “2022”. -----

Interveio o Senhor Vereador Alexandre Lote referindo que reuniu com todos os Presidentes de Junta, tendo ficado acordado que os valores a transferir são os que constam do documento, não obstante terem manifestado que, em exercícios futuros, esses valores deveriam ser superiores. Prosseguiu, dizendo que houve uma pequena alteração nos critérios de distribuição das verbas relativamente aos anos anteriores. Assim sendo, aumentaram de noventa para noventa e cinco mil euros, sendo que noventa mil se destina à limpeza urbana e cinco mil às escolas. 30% desses noventa mil é distribuído equitativamente, quanto ao peso da área urbana e da população mantiveram a diferença que já existia, ou seja, 10% e as freguesias que menos recebiam são as que acabam por ter um aumento maior. -----

Interveio a Senhora Vereadora Joaquina Domingues para exprimir a opinião de que as freguesias não estão a ser tratadas de igual modo, uma vez que podem ter uma grande extensão de terreno para limpar e a população ser diminuta e, deste modo, se fosse Presidente de Junta discordaria destes critérios. De seguida pretendeu saber se o cadastro dos caminhos municipais está atualizado, ao que o Chefe de Divisão Técnica Municipal respondeu afirmativamente. -----

Referiu, ainda, que gostaria de ter conhecimento, antes de propriamente votar este ponto, se os últimos caminhos que foram alcatroados pela Câmara Municipal são vicinais ou municipais, porque entende que os Presidentes de Junta têm o direito de saber o que é da sua responsabilidade e o que é da responsabilidade da Câmara Municipal, acrescentando que o mapa deveria ter como complemento essa informação. -----

O Senhor Presidente esclareceu que o Município ajuda as Juntas de Freguesia na execução das tarefas, sempre que se verifique que estas não têm capacidade para tal. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues afirmou que há responsabilidades acrescidas para as Juntas de Freguesia para tão pouco dinheiro. -----

O Senhor Presidente referiu que o PSD já inviabilizou uma vez este processo, acrescentando que não irá retirar este ponto da ordem de trabalhos. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues esclareceu que não pediu a retirada deste ponto da ordem de trabalhos e não aceita que o Senhor Presidente a acuse de atitudes de outras pessoas, apesar de estar ali em representação desse partido, tendo apenas solicitado o cadastro atualizado dos caminhos e estradas municipais e feito perguntas concretas acerca dessa matéria, por considerar que as Juntas têm tido um tratamento desigual. Para além disso, o fator densidade populacional não pode ser um motor de qualificação na distribuição das verbas. A concluir referiu que se irá abster na votação não por ser contra a delegação de competências, mas por achar que os critérios não estão de acordo com determinadas situações e por não estarem delimitadas as áreas da responsabilidade dos Presidentes de Junta. -----

A Senhora Vereadora Cristina Guerra afirmou que considera que os critérios "população" e "hectare" não são os mais adequados e não é tratando de forma igual o que é diferente que se promove a coesão territorial. Acrescentou que na informação que lhes foi enviada não se vislumbra se há ou não um aumento da despesa para o Município de Fornos de Algodres. Referiu, ainda, que não tem conhecimento dos relatórios semestrais, nem do relatório final emitido pelos Serviços Técnicos da Câmara e, deste modo, desconhece se as Juntas de Freguesia cumpriram os objetivos, corroborando com a sua antecessora no uso da palavra de que deveriam estar delimitadas e especificadas as áreas da responsabilidade de cada Junta de Freguesia. Prosseguiu, dizendo que, não fosse a explicação do Senhor Vereador Alexandre Lote, não saberia qual a base do valor a atribuir e qual o índice de atualização, porque não constam do documento. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues registou em ata que jamais votaria contra este ponto na medida em que houve concordância de todos os Presidentes de Junta, não obstante considerar que o documento está incompleto e carece de outras considerações. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, com uma abstenção da Senhora Vereadora Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues e um voto contra da Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra, conforme declaração de voto de vencido apresentada, as propostas de minutas de acordos de execução com as juntas de freguesia -----

4 - PROCESSO DE OBRAS N.º 16/2022 - ALTERAÇÃO DE UM EDIFÍCIO PARA GARAGEM NA RUA DA AMOREIRA - VILA RUIVA -----

O Chefe de Divisão Técnica Municipal emitiu parecer sobre o processo de obras n.º 16/2022 relativo à alteração de um edifício para garagem na Rua da Amoreira em Vila Ruiva -----

A pretensão do requerente enquadra-se em "espaço residencial" no Plano Diretor Municipal de Fornos de Algodres cumprindo o previsto nos artigos 46.º a 48.º. -----

A solução proposta é de alterar a edificação existente com os dois pisos (r/c destinado a arrumos e andar destinado a habitação) para uma edificação de um único piso, com a finalidade de garagem. A área de implantação da edificação proposta é de 37,80m² (inferior à atual de 42,00m², uma vez que deixa de existir a escadaria exterior). A área total de construção proposta é de 37,80m². -----

Deve o requerente, em caso de deliberação favorável, apresentar no prazo de seis meses os projetos de especialidades e pedidos de isenção, que devem ser entregues em conformidade com o disposto no número 16 do anexo I (a que se refere o número 1 do artigo 2.º - Elementos instrutórios) da Portaria 113/2015, de 22 de abril e de acordo com o número 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro. -----

Face ao exposto e com base no parecer técnico do Arquiteto Carlos Gomes, disse nada ter a opor à pretensão do requerente, uma vez que o processo se encontra em conformidade com a legislação em vigor. -----

Em virtude de reunir critérios adequados propôs-se o deferimento do pedido, cumprindo-se o teor do parecer do Chefe de Divisão Técnica Municipal. -----

A Senhora Vereadora Cristina Guerra registou em ata que vota a favor nos exatos termos do parecer dos Serviços Técnicos. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade -----

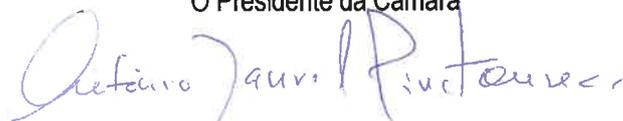
5 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA -----

O Senhor Presidente, após leitura da minuta da ata, propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, com o voto contra da Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra, conforme declaração de voto de vencido apresentada -----

Não se tendo verificado a existência de público e não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Câmara



(António Manuel Pina Fonseca)

A Secretária

Cristina Maria Almeida Flor

(Cristina Maria Almeida Flor)

Declaração de Voto Vencido

Ponto 1 – Aprovação da ata da reunião ordinária de 2 de junho de 2022

Após leitura e análise do ponto 1, da convocatória para Sessão Ordinária da Reunião de Câmara e da Informação anexa à mesma, invoco o art.º 58.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro pelo que elenco infra as razões justificativas de tal facto:

Tendo em conta o que tem sido transmitido em reuniões anteriores e até ao momento não tem sido demonstrado de forma cabal a legalidade da aprovação de atas neste mandato, apesar de solicitada a sua fundamentação legal, bem como oportunamente foi referido, considero que nenhuma ata está em condições de ser aprovada até ao cabal esclarecimento da legalidade.

Os votos vencidos respeitantes à apreciação de atas de sessões ordinárias ou extraordinárias em minuta ou não, são parte integrante das atas a que dizem respeito. Os votos vencidos têm de estar anexos à “proposta de ata” quando do seu envio com a convocatória, bem como junto a essa mesma ata, quando da divulgação. A votação tem de ser explícita, identificando no concreto quem vota a favor, quem se abstém e quem vota contra e igualmente deve integrar declarações de voto vencido, para poder constar depois de lida e aprovada.

As atas não traduzem nem reproduzem o que de facto se passou. Têm sido solicitadas gravações das reuniões que não são fornecidas nem apresentadas justificações pelo facto.

Continua a ser enviada “proposta de Ata” sem que a mesma venha datada e assinada por quem a lavrou.

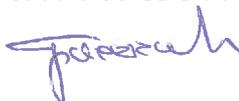
Como a própria ata refere, o Vereador Alexandre Lote, não se ausentou neste ponto da ordem do dia e pronunciou-se sobre a reunião em que não esteve presente, o que podia e devia ter ocorrido no período “Antes da Ordem do Dia”. Acresce que a “Proposta de ata” não vem acompanhada de declarações de voto vencido ocorridos no âmbito da reunião a que se refere a ata. Mais se requer a preservação da gravação áudio até que seja esclarecido a informação prestada pelo Presidente, António Fonseca, conforme consta da ata da reunião ordinária de 19 de maio, não ser coincidente com a versão do Vereador, Alexandre Lote, conforme texto da presente proposta de ata, agora sujeita a votação.

Assim sendo, considero estar impedida de, em nome da verdade material e legal, aprovar a ata.

Face ao exposto, quero que conste o registo na ata de voto vencido desta proposta, sendo estas as minhas razões justificativas.

Fornos de Algodres, 17 de junho de 2022

A Vereadora do CDS-PP



(Cristina Maria Campos Guerra)

1
3

Declaração de Voto Vencido

Ponto 3 – Acordos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia

Após leitura e análise do ponto 3, da convocatória para Sessão Ordinária da Reunião de Câmara e da Informação anexa à mesma, invoco o art.º 58.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro pelo que elenco infra as razões justificativas de tal facto:

Concordando em absoluto com “acordos de execução de competências com as Juntas de Freguesia”, no entanto, os acordos, mantendo o princípio de “não aumento de despesa” para o MFA, devem assentar no pressuposto de que os valores económicos / financeiros devem ser calculados tendo em conta os valores reais da execução desses trabalhos pelo MFA, acrescido das atualizações designadamente taxa de inflação. Quando executadas tais competências diretamente pelo MFA, o mesmo apresenta valores de despesa superiores, e no cálculo para execução por parte das JF se requeira que executem por menores valores para despesa sobretudo porque a coesão territorial não se promove tratando de forma igual o que é diferente.

O Chefe de Divisão afirma “esta proposta visa atualizar os valores a transferir”, mas nada informa, nem fornece quais os valores de referência e forma de cálculo indicadores de atualização tidos em conta, por exemplo a Taxa de inflação prevista no OE? A Taxa de Inflação verificada até presente data com base no INE? Que rubricas / vertentes foram consideradas para efeitos dos valores na atualização? Inclui valores por insalubridade? Por forma a que tarefas possam ser cumpridas no respeito pelas normas de Higiene e Segurança no Trabalho? Chefe de Divisão não fornece de que forma foram apurados, para referir que não aumenta a despesa? Mas nada fornece recorrendo a instrumentos que o mesmo detêm na “Contabilidade de Custos” para que se avalie previamente o total de despesa por parte da MFA quando executa diretamente as mesmas tarefas, bem como pela análise dos trabalhos efetuados diretamente pelo MFA os tempos envolvidos e a quantidade de unidade de mão de obra necessária? Que equipamento foi afetado pelo MFA na execução dessas tarefas? Que consumíveis foram necessários, que valores e atualizar a valores compatíveis com a presente data? Os serviços competentes do MFA deverão, previamente à apresentação da proposta apresentar um estudo prévio de custos em que fundamentam a proposta destes valores, socorrendo-se dos instrumentos que a própria legislação refere que os dever ter, seja por via do SNC- AP seja por via de compromisso no âmbito do PAM contratualizado com o FAM.

Recomenda-se que a proposta venha a reunião do órgão Executivo do MFA devidamente retificado e analisado por quem o remete.

E a título de exemplo refira-se o seguinte:

- a) Critério "Hectares" a não nos parece o mais adequado no garantir de competências do MFA a executar por terceiros JFA as quais não possuem recursos humanos no quadro de pessoal nem equipamento que o MFA possui;
- b) Por acaso na organização dos trabalhos a Divisão Técnica Municipal ou a DGA antes de 1 de janeiro de 2021 os trabalhos eram organizados com base no "Hectares"?
- c) Formas tidas em conta que SMN na Administração Pública é superior ao sector Privado? E que custo hora no sector privado tem de ter em conta o cumprimento da legislação. Simplificando: $14 \times \text{SMN} \times 1,24$ outros encargos + $11 \times$ subsidio de refeição e mesmo considerando que sector privado tem horário de 40 horas e funcionário publico tem 35 horas?
- d) Um hectare corresponde a 2 Km de via com 2 metros de largura, para a manter limpa via urbana de 2 m de largura com 2 km de comprimento quais foram os custos/despesas: discriminado recursos humanos / quantidade hora / 1 pessoa envolvida; que equipamento? que consumíveis envolvidos, e para simplificar tomar como referência ano anterior a pandemia COVID e/ ou a média 208/2019/2020, e atualizara a realidade atual?

Analisemos agora "Escolas e Espaços Exteriores "

Formas tidas em conta por exemplo:

- a) Características específicas do espaço?
- b) Qual o atual estado de conservação?
- c) Número de utentes – alunos, pessoal docente e não docente? sendo que o Chefe de Divisão da DAG tem as competências de recursos humanos afetos a AEFA não docentes, além de ser responsável enquanto Chefe de Divisão pelos serviços de Contabilidade:

Qual a base do valor e que índice de atualização tem? Calculado como?

Qual o histórico do MFA nos anos 2018, 2019 e 2020

Não se pode com rigor, transparência e equidade, por forma a garantir a execução de tarefas da competência do MFA a serem executadas pelas JF do MFA e que sejam cumpridas todas as normas legais de contratação e execução de trabalhos no âmbito da legislação laboral sem que sejam fornecidos os recursos adequados.

A proposta inclui a Freguesia de Fornos de Algodres, mas nada refere o que o MFA deixa de fazer na Freguesia de Fornos de Algodres. Enquanto o MFA reduz nas despesas no seu concreto, e sendo dispensados os recursos humanos do MFA, equipamentos, e aquisição de consumíveis, aos valores e tempos de trabalho "poupados" pelo MFA que "destino se dá" no cumprimento do PAM contratualizado com o FAM.

Considero que apenas quando forem fornecidos os elementos necessários e fundamentais que fundamentam os valores da Proposta da Chefe de DAG – estarei em condições de poder tomar uma decisão fundamentada;

Assim e apesar de concordar, que a Câmara Municipal, promova acordos de execução de competências com as Juntas de Freguesia, as dúvidas que parecer de Chefe da DAG – Américo Domingues suscitam, no cumprimento escrupuloso da legislação no âmbito da Gestão Pública, quero que conste o registo na ata de voto vencido desta proposta, sendo estas as minhas razões justificativas.

Fornos de Algodres, 17 de junho de 2022

A Vereadora do CDS-PP



(Cristina Maria Campos Guerra)

Declaração de Voto Vencido

Ponto 5 - Proposta de aprovação da acta em minuta

Após leitura e análise do ponto 5, da convocatória para Sessão Ordinária da Reunião de Câmara e da Informação anexa à mesma, invoco o art.º 58.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro pelo que elenco infra as razões justificativas de tal facto:

Considero que existindo diversas actas em crise, por falta de clarificação da regularidade e legalidade, no seu processo de aprovação, não tenho confiança na legalidade e regularidade como se exige num Estado de Direito para que se possa validar transitoriamente, com a minha aprovação, esta ata em minuta.

Acresce que para a aprovação da ata, de apresentação de Contas/2021, não me foi enviada a gravação como requerida.

O texto da proposta de ata não é transparente ao não identificar a votação de cada membro de cada membro do órgão Executivo do MFA

Esta declaração de voto vencido é parte integrante desta “proposta de ata” e, como tal, deve ser divulgada, e fazer parte integrante dos demais documentos da reunião em que ocorre, tal como toda e qualquer declaração de voto referente a decisões por votação

Face ao exposto, quero que conste o registo na ata de voto vencido desta proposta, sendo estas as minhas razões justificativas.

Fornos de Algodres, 17 de junho de 2022

A Vereadora do CDS-PP



(Cristina Maria Campos Guerra)